

Sant'Anna quer isolar partidos que defendem soberania da Constituinte

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), pretende fechar hoje com o grupo "pró-soberania" do PMDB — liderado pelos deputados Antônio Britto (RS), Maurílio Ferreira Lima (PE) e Virgildásio de Senna (BA) — um acordo que permita o isolamento dos partidos que defendem a soberania plena do Congresso constituinte sobre a atual Constituição. Sant'Anna vai propor que o Congresso constituinte se declare soberano, em ato de resolução a ser decidido em plenário, mas não modifique a atual Constituição em seus pontos polêmicos, como decreto-lei e medidas de emergência.

Em reunião realizada ontem, na biblioteca da Câmara, líderes do

PDT, PTB, PT, PC do B, PCB, PDC e PSB, além do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), posicionaram-se contra a proposta. Eles decidiram não continuar com os trabalhos constituintes, caso sejam mantidos na atual Carta as medidas de emergência e o decreto-lei. Segundo o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), que falou em nome do grupo, "o entulho autoritário deve ser revogado pelo Congresso constituinte e não pelo Congresso Nacional".

Negociação

Carlos Sant'Anna disse em entrevista coletiva que pretende procurar todos os partidos para propor um acordo. "Tenho ordens do governo para negociar com todo mundo", afirmou, acrescentando que o primeiro deles será o PDS. O líder disse, porém, que sua estratégia, por enquanto, é evitar uma possível crise que poderia surgir dentro do PMDB, caso falhe a negociação com o grupo "pró-soberania".

Para Sant'Anna, tudo caminha para um acordo com o grupo. "Algumas questões já estão resolvidas. Está acertado que a Câmara e o Senado só funcionarão extraordinariamente". Disse que isto será resolvido com um ato de resolução, a ser baixado pelo Congresso constituinte. Quanto ao fim do decreto-lei e das medidas de emergência, além da reconquista das prerrogativas dos parlamentares, Sant'Anna disse que espera, assim que receber o documento do grupo "pró-soberania", resolver tudo. Segundo ele, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), integrante do grupo, já decidiu abrir mão do fim do decreto-lei, tendo em vista o argumento do governo, de que o instrumento seria necessário para novas medidas na área econômica.

O vice-líder do PT na Câmara, José Genoíno (SP), disse que seu partido não pretende abrir mão do fim do decreto-lei, da lei de greve e das

medidas de emergência. "São pontos inegociáveis", disse. O deputado Haroldo Lima defende a mesma posição de Genoíno e prevê uma tentativa de isolamento dos partidos que estão lutando pela soberania.

O deputado Octávio Elisio (MG), do grupo "pró-soberania", acha que a questão deve ser resolvida logo. Caso contrário, afirma, "alguém sempre levantará esta questão de ordem nos trabalhos da Constituinte e tentará modificar a Constituição de 1967. Haverá uma eterna reforma". O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), defende a posição do Planalto. Segundo ele, o governo deve mesmo negociar, principalmente porque "ninguém está querendo reduzir o mandato do presidente José Sarney". Para Luiz Henrique, a Constituinte não deve adotar uma posição que signifique um confronto com o governo. "Ninguém deve se esquecer que a transição política foi negociada. Não há condição de se provocar uma ruptura", disse.



Tadashi Nakagami



Cardoso (de costas) reúne-se com as lideranças para discutir o Regimento



O deputado Ulysses Guimarães preside a sessão do Congresso constituinte

Divulgação dos trabalhos deve ocupar o horário do governo

Os trabalhos do Congresso constituinte deverão ser divulgados no rádio, nos espaços destinados à "Voz do Brasil" e ao "Projeto Minerva". Na televisão, nos dez minutos diários que o governo possui para propaganda institucional, além dos horários destinados anualmente aos partidos para que exponham em redes nacionais ou regionais os seus programas, segundo a Folha apurou ontem. As negociações deverão estar concluídas até o final de semana, envolvendo o governo, os partidos e a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Um dos parlamentares que assessoram o relator do projeto de regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso, o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), foi reticente na tarde de ontem, no Congresso, sobre a questão. "Será um tempo curto na televisão, com a possibilidade da convocação eventual de uma rede nacional. As coisas estão caminhando nesse sentido", disse.

Se começa a surgir um consenso sobre a divulgação dos trabalhos do Congresso constituinte no rádio e TV, esse acordo parece difícil em outras

áreas. Numa reunião na manhã de ontem, na Comissão de Finanças do Senado, os líderes dos partidos pediram a Fernando Henrique Cardoso que todas as lideranças dispusessem de tempo para falar em plenário. Com isso, segundo eles, os pequenos partidos ficariam desobrigados a formarem um bloco com um único líder.

Pouco se decidiu na reunião da manhã. O acordo foi obtido apenas em torno da criação de oito comissões constitucionais e uma de redação e sistematização, além da opinião consensual de que a nova Constituição pode ficar pronta até setembro. A divulgação dos trabalhos, o funcionamento da Câmara e Senado, o referendo e a iniciativa popular foram também discutidos, mas sem conclusão. O líder do PDS na Câmara, Amaral Netto, é contra a iniciativa popular de projetos.

O senador Fernando Henrique Cardoso prometeu encaminhar ainda hoje a todas as lideranças partidárias o seu substitutivo de regimento interno. Com isso, segundo os demais líderes, os partidos já poderão ir para plenário, na sexta-feira, tendo suas posições.

Luiz Henrique defende apoio ao governo, após encontro com Sarney

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), disse ontem, após audiência com o presidente Sarney, que o PMDB não renuncia a seus princípios partidários mas tem "responsabilidades com o governo e com a transição democrática e deve ajudar o governo em sua caminhada em direção às mudanças econômicas". Depois de quase uma hora de audiência com o presidente, Luiz Henrique disse que "evidentemente" a política econômica do governo e os princípios do PMDB estão afinados.

A preocupação com o curso da transição democrática dominou a conversa entre Luiz Henrique e o presidente, segundo o próprio deputado. Disse que o partido "deve integrar-se ao governo para garantir a transição democrática". Disse ainda que a transição "é o veículo para avançar no campo político e social" e que tanto o governo quanto o Congresso Nacional como um todo são "avaliados" desse processo.

Segundo Luiz Henrique, o presidente está atendendo os princípios programáticos do partido. "O governo optou por impedir a recessão, pela recomposição dos salários, pelo combate à inflação e pelo combate ao desemprego", disse. afirmou que, por sua vez, o governo não pode reclamar de falta de apoio do partido.

"Todos os projetos importantes do governo foram aprovados no Congresso Nacional, o PMDB não tem faltado ao governo", afirmou Luiz Henrique, um dos líderes da esquerda independente do partido.

Auxílio-moradia vai chegar a Cz\$ 25 mil

A Mesa diretora da Câmara dos Deputados decidiu aumentar ontem, de Cz\$ 15 mil para Cz\$ 25 mil, o auxílio-moradia dado aos parlamentares que não conseguiram obter apartamentos funcionais. Este é o segundo reajuste concedido este ano; em janeiro, o auxílio-moradia era de Cz\$ 8 mil.

Mais de cinquenta parlamentares continuam sem apartamentos e aproximadamente vinte não dispõem ainda sequer de gabinetes. O aumento de auxílio-moradia foi dado para estimular os deputados a se alojarem nos hotéis de Brasília.

Duração do mandato vai depender da crise econômica, afirma Dante

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, 35, disse ontem que a duração do mandato do presidente Sarney está relacionada à solução ou ao agravamento da crise econômica. Segundo ele, isto ocorre porque o Congresso constituinte não ficará alheio às pressões que possam surgir dos movimentos sociais.

O ministro disse, entretanto, que o governo adotará novas medidas econômicas que desaquecerão o clima de pessimismo e que o Congresso constituinte deverá definir o mandato presidencial em torno de cinco anos. Ele afirmou que o atual momento econômico é semelhante ao período anterior à edição do Plano Cruzado.

Sobre a permanência do presidente da Câmara e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, à frente do PMDB, Dante de Oliveira disse que "em seu lugar, me licenciaria" até a promulgação da nova Constituição. No entanto, o ministro acha que esta questão não o preocupa tanto. Segundo ele, o mais importante é o comportamento do partido.

Planalto quer PTB na Aliança mas não vai negociar ministério

O PTB aceita participar formalmente da Aliança Democrática (coligação PMDB-PFL), mas quer, em troca, o controle de um ministério, de preferência o da Previdência Social ou o do Trabalho. Este será o tema da reunião prevista para hoje, em Brasília, entre os dezoito deputados que integram a bancada do partido na Câmara. O resultado dessa reunião será levado oficialmente ao presidente José Sarney amanhã, às 15h, no Palácio do Planalto. A Folha apurou, entretanto, que o governo federal quer o apoio do PTB, mas não aceita negociar ministérios em troca dele.

O líder da bancada petebista, deputado Gastone Righi (SP), encontra-se hoje às 11h com o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), para tratar do ingresso da agremiação na Aliança Democrática. A participação do PTB na Aliança, apoiando formalmente o governo, faz parte de uma articulação que envolveu o

PMDB debaterá diretas para a Presidência, afirma Ulysses

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB), 70, disse ontem, em Brasília, respondendo a uma pergunta sobre a possibilidade de convocação de eleições diretas para a Presidência da República logo após a promulgação da nova Constituição, prevista para o dia 7 de setembro, que "este é um assunto que comportará debates dentro do partido".

Ulysses Guimarães comunicou também que decidiu convocar para amanhã uma reunião da Comissão Executiva Nacional do PMDB. Na pauta, dois assuntos: a crise econômica e a escolha dos dias para eleições dos diretórios municipais, estaduais e nacional do partido. Segundo a Folha apurou, a questão da licença de Ulysses da presidência do PMDB deverá ser levantada pelos membros da Executiva, embora o deputado não pretenda debater o assunto.

Ulysses diz que não tem a menor intenção de deixar a direção do PMDB. "Tem havido opiniões de parlamentares, que considero até democráticas, querendo me licenci-

ar", disse, acrescentando, porém, que este é "um assunto que compete a mim decidir". Aos seus amigos mais íntimos, Ulysses já disse que não deixará a presidência do partido mesmo que seja grande a pressão nesse sentido.

Ontem, o deputado disse também que, caso o governo defina quais as próximas medidas econômicas que pretende adotar, vai levá-las à reunião da Executiva para que a direção do PMDB as examine.

Vice-líderes

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), 46, anunciou ontem os nomes dos quatro primeiros deputados que integrarão o seu colégio de vice-líderes, composto por 33 parlamentares: João Herrmann Neto (SP), Ibsen Pinheiro (RS), Miro Teixeira (RJ) e Ubiratan Aguiar (CE), que coordenarão os trabalhos de três comissões criadas pela liderança peemedebista com o objetivo de articular a ação da bancada em todas as esferas do Congresso constituinte e do partido.

Agendas

Presidente	Prefeito
15h Cáso Furnado, ministro da Cultura	7h Roberto Abrahão, secretário particular
15h40 Antônio Carlos Magalhães, ministro da Comunicações	8h30 Celso Matsuda, secretário municipal de Abastecimento
16h20 Aulizio Alves, ministro-chefe do Secretariado de Administração Pública	10h30 Fernando Mauro Filho, secretário municipal de Higiene e Saúde
17h Bancada do PFL no Senado Federal	14h30 Victor Eugênio e Hernirio Gatti
17h40 Epitácio Cafeteira, governador eleito do Estado de Maranhão	15h Paulo Zingg, secretário municipal de Educação e Bem-Estar Social
Governador Não foi fornecido	15h30 Italo Dejair, presidente do Prodam

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
118	441
Senado	em recesso
Câmara dos Deputados	em recesso
PRESENTES	AUSENTES
11	22
Assembleia Legislativa	em recesso
Câmara Municipal	22

Dropes

★ O governador de São Paulo, Franco Montoro, 70, foi atendido anteontem à noite no Pronto Socorro Municipal de Araraquara (SP), vítima de um ataque de asma.